



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O "PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DE PERÍCIAS NO ÂMBITO DO DF" E A "INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR DO DF", DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015.

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2015, às onze horas e doze minutos, na sala de reunião das Comissões da CLDF, o Deputado Robério Negreiros abriu a Audiência Pública, conforme Requerimento nº 02/2015 - CCJ e convidou as autoridades e representantes dos servidores para compor a Mesa. Ato contínuo, assumiu a Presidência a Dep. Sandra Faraj, que informou: *"Como todos sabem, o Governo do Distrito Federal unificou, por meio do Decreto nº 36.561, as perícias médicas, instituindo a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal. "O motivo de estarmos fazendo esta audiência pública é devido a essa angústia e a essa preocupação de como o Governo tem sedimentado essa questão desse processo de unificação das perícias".* Com a palavra Dr. Alexandre Ribeiro Pereira, Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização: *"Primeiramente, a unificação da Subsaúde é um processo que já vem sendo discutido há muitos anos. A política integrada de atenção aos servidores é de 2012. Em vários momentos, em fóruns do setor, da área técnica, isso foi comentado, foi apresentado. Essa proposta vinha sendo debatida já há alguns anos".* *"Quando nós chegamos ao governo, tivemos acesso a essa proposta e entendemos que ela era meritória, que era uma boa política a ser implementada. Brasília era o único ente da Federação em que não era unificada a questão da saúde do servidor".* *"O nosso objetivo é fazer a descentralização do atendimento da Subsaúde, mas precisamos de um prazo para isso, precisamos de um prazo, porque precisamos uniformizar os atendimentos".* Com a palavra o Sr. Denivaldo Alves do Nascimento, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal: *"A partir do momento em que a gente toma uma decisão desse porte, tem-se que discutir algumas situações. Primeiro saber se a descentralização, hoje está integrada, atende ou não a necessidade do órgão".* *"A outra questão é: quais são as garantias de esses servidores virem para a Segad, serem transferidos para a Segad e trabalharem aqui no Cosaúde? Que garantias que eles têm? Eles vão ter as garantias da permanência dos seus direitos, que estão na própria Lei nº 5.106, que rege a nossa Lei nº 840/2011, que rege todos os servidores públicos do Distrito Federal?";* *"Uma última questão aqui é a da paridade no Conselho de Saúde. O Conselho de Saúde hoje não tem paridade para discutir os problemas da saúde dos servidores públicos que a gente vem discutindo há muitos anos que é inclusive a criação de um plano de saúde para os servidores públicos e outras questões mais".* Com a palavra o Dep. Chico Leite, que discursou: *"Preciso fazer algumas observações. A primeira delas é que nós precisamos profissionalizar o Estado, nós não podemos ter uma política para cada setor segundo o governo de plantão".* *"Explico: se a unificação das perícias é importante para a eficiência da máquina, para a melhoria dos recursos humanos – a grande ferramenta de trabalho é os recursos*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

humanos –, então que se o faça! Mas que não se o faça com fundamento em dados circunstanciais como, por exemplo, com um número de atestados excessivo, trabalho poucas horas laboradas". Com a palavra o Dep. Wasny de Roure: "Uma vez superado que quem está na área da educação enfrenta um tipo de problema; quem está na área da saúde enfrenta outro tipo de problema, a partir daí, há toda uma adaptação física, emocional, intelectual naquela direção profissional". "Naturalmente, temos que ter perícias ajustadas para fazer isso". Com a palavra a Sra. Luciane Kozicz, Subsecretária de Segurança e Saúde no Trabalho: "Hoje nós somos um dos seis entes da Federação a ter uma política de saúde do servidor. Política eleita no CONAPREVI – Conselho Nacional de Previdência – a ser instituída nas demais previdências de outros estados como modelo a ser seguido. Política eleita pelo Ministério da Saúde a desenhar políticas de saúde do trabalhador. Onde nós fomos inicialmente cunhar essa política: no Ministério da Saúde, na OIT e nos dez últimos anos de estudo científico para se desenhar essa política". "Isso aqui foi feito com representantes da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde, do Iprev, dos Sugeps das áreas, tendo a representatividade de grupos de trabalho específicos nos programas aqui desenhados e nos nomes aqui escritos. Pediu-se aos secretários que isso fosse colocado nas páginas para manter um diálogo com o servidor". "Então constatamos que a secretaria que mais afasta hoje no governo é a Secretaria de Estado de Educação. Cinquenta e nove por cento dos afastamentos estão lá e a Cid de maior incidência é o transtorno mental e comportamental, seguido do Cid (ininteligível). Com tudo isso, a gente tentou profissionalizar esse campo e abrir um debate com o servidor, na medida em que esses representantes estavam no Conselho". "A nossa abertura é a seguinte: já está resolvido, deve ser paritário e terá representatividade". [...] "nós precisamos sonhar um pouco e nós vamos alcançar isso. Eu gostaria de protagonizar um lugar central em Brasília. Não para privilegiar esta ou aquela população, mas o todo". E foi ali que a gente conseguiu. No Corporate, em frente ao Parque da Cidade, atrás do Pátio Brasil e do Venâncio 2.000, com sete andares de estacionamento, com 23 consultórios, sendo que: os de psicologia, todos com isolamento acústico; os médicos, dentro das recomendações médicas que deve haver para atender um servidor, e foi lá onde a gente conquistou isso. Hoje nós não temos uma fila!"; "Precisamos informatizar, a gente não pode pegar um prontuário e colocar embaixo do braço, mandar para Taguatinga ou deixar na Saúde e vir esse documento, pelo Correio, ou na mão de um médico ou servidor, porque isso prejudica a vida do servidor, na contagem para aposentadoria, por exemplo". Com a palavra o Dep. Raimundo Ribeiro, que indagou ao Secretário de Gestão, Dr. Alexandre Ribeiro quais "os motivos tão relevantes que impediram o Governo de aguardar que esse debate seja feito". Com a palavra o Secretário de Gestão, Dr. Alexandre Ribeiro, que explicitou: "Porque a saúde do servidor não pode esperar. A gente precisa avançar em relação à saúde do servidor". "Em 2012, foi entregue para o Deputado Wasny de Roure, que está aqui presente. Então, há três anos esta Casa tem ciência dessa política. Isso foi discutido com esta Casa". Com a palavra a Sra. Luciane Kozicz: "Na realidade, o que a gente faz é a avaliação da capacidade laboral do servidor. Com aquele atestado, a gente vai ver se ele está incapacitado para o trabalho ou não. Ele vai lá fazer essa troca. Outra coisa que a gente faz também é monitorar. Porque, se ele apresentar muitos atestados

8

2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

durante o ano, isso significa que há alguma coisa errada no processo de trabalho dele". Com a palavra o Dep. Raimundo Ribeiro: "Então, posso entender que o ex-Governador Agnelo não tem capacidade laborativa hoje, porque temos aí um ex-Governador que, tão logo terminou o seu Governo, saiu de licença – não sei exatamente em que circunstâncias, estou solicitando as informações – e, logo depois, chega a Brasília e apresenta um atestado médico que foi revalidado por essa nova política". Com a palavra a Sra. Luciane Kozicz, que explicitou: "ele se dirigiu para a Secretaria de Saúde, o órgão de origem para onde os servidores se dirigem. Quanto à CID de afastamento ou à capacidade laborativa, isso é uma questão de sigilo médico. Se for para a junta, vem para nós. O terceiro afastamento que ele pedir será na Subsaúde, e aí eu poderei responder com conhecimento de causa". Com a palavra o Deputado Wasny de Roure, que explanou: "Então, só para ficar claro, e não achar que a Câmara tem um procedimento burocrático: ela tem com relação às proposições protocoladas, lidas no plenário. Essas são as matérias que tramitam. E é dever de todos os Deputados terem conhecimento, emendar – se assim entenderem – e apreciar, na forma de relatórios e votos dos Deputados, nas comissões e posteriormente no plenário". "Aquilo que cabe a procedimento é protocolado, lido em plenário e publicado no Diário Oficial da Câmara Legislativa". Com a palavra a Sra. Marli Rodrigues, Diretora-Presidente do SindSaúde: "Antecipo que todos os trabalhadores condenam essa centralização. Ela é, acima de tudo, covarde, porque pega todo mundo e mistura. São exatamente setores diferentes, com características de adoecimento diferentes. Só tem uma coisa que unifica os trabalhadores em Brasília: o abandono do Executivo em relação à nossa saúde". "Quem cuida da saúde do povo precisa ter a saúde cuidada. Você entra na Secretaria de Saúde jovem e saudável, e sai criminalizado e doente" [...] "Um governo para dar certo para o povo tem que dar certo para quem cuida do povo. Nós não podemos aceitar essa centralização". Com a palavra a Sra. Eliane Barbosa, Subsecretária de Gestão de Profissionais da Educação: "é preciso aproveitar esta oportunidade para frisar que todos aqueles que tiverem a opção de permanecer na Secretaria de Educação e que tiverem essa autorização da Subsaúde nós atenderemos a cada um individualmente, procurando adequar as necessidades pessoais de vocês. A gente já tem feito isso". Com a palavra o Dr. Ricardo Batista, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal: [...] há aqui neste decreto decisão sobre questões dos servidores públicos, sobre as unidades operacionais de duas secretarias, que estão sendo modificadas de um dia para o outro, e parece-me que isso não foi suficientemente debatido com essas pessoas". "Tudo isso vai se manter? Ou vamos começar do zero? Como vai ser esse período de transição e de adaptação?" "Acredito que, lógico, a informática pode resolver esse problema, mas, enquanto não resolve, será que, de fato, é pertinente e salutar centralizar no Plano Piloto?" Com a palavra o Dr. Raimundo Parente, médico do trabalho: "Na Secretaria de Saúde, nós temos as regionais de saúde, em torno de 19, e só 10 têm os núcleos de medicina do trabalho. Alguns existem mas não são formalmente constituídos. Isso dificulta muito fazer saúde do trabalhador". "A saúde não consegue fazer os exames periódicos. Então, como vamos promover saúde e proteger o trabalhador se nós não fazemos o exame periódico?" Com a palavra o Sr. Rosalvo Filho, Assessor Especial da Secretaria de Relações Institucionais e Sociais, que informou: "as portas, para o processo de

S

B



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

negociação, continuam abertas. Vamos ver onde está pegando e onde a gente pode resolver". Com a palavra o Sr. Elton Barbosa da Silva, integrante do Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado: "para que haja uma política de Estado e não de Governo, uma política de Estado voltada à garantia, à proteção e à preservação do servidor, tem de se, inicialmente, instituir o plano de saúde do servidor". "A sugestão do Fórum é que a Câmara se reúna e edite um decreto legislativo, nesta data, suspendendo os efeitos do famigerado decreto editado pelo Governado". Com a palavra o Sr. Denivaldo Alves do Nascimento: "O decreto não fala no remanejamento dos cargos e nas suas atribuições. Ele não define de que forma se dá esse remanejamento. Então, ele tem algumas fragilidades jurídicas que precisam ser revistas. Se vão pedir a nulidade dele ou não, isso vamos discutir aqui". Com a palavra o Dep. Rodrigo Delmasso: "vejo que é um pouco complicado e que está estabelecido no decreto é talvez a 'obrigatoriedade' da remoção dos servidores das suas secretarias para a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal"; "injusto que se obrigue essa remoção, quando existe dentro de um mesmo órgão servidores que praticam a mesma atividade com salários diferentes e tratamentos diferenciados"; "Não seria mais interessante uma discussão de descentralizar isso, de criar perícias médicas regionais"? Com a palavra o Sr. Damião Ornilo, representante do SAE: "o debate seria para a gente construir um novo decreto de acordo com os interesses do governo, de toda a sociedade e também dos servidores públicos, que são os mais envolvidos nessa questão". Com a palavra a Sra. Damiana Cristina, da Gerência de Perícia Médica de Taguatinga: "eu gostaria de questionar sobre essa centralização que a nossa questão maior. Não é a unificação e, sim, a centralização"; "é muita gente se deslocando dessas cidades-satélites para o centro do Plano Piloto"; "Nós servidores fomos todos remanejados sem direito nenhum a um debate, a uma discussão, a um convite! Não foi feito um convite! Foi uma obrigatoriedade". Com a palavra a Sra. Ilza Carneiro, da Gerência de Perícias de Educação de Taguatinga: "Como humanizar um trabalho tão delicado, centralizando as perícias médicas de todos os servidores do GDF num único local"? "Fora que a realidade do servidor da educação é totalmente diferente da realidade dos outros órgãos, conforme estudos feitos sobre registros de afastamentos médicos"; "o maior número é de CID F, doenças psicológicas". Durante a audiência pública compareceram os Deputados: Bispo Renato Andrade, Chico Leite, Raimundo Ribeiro, Rodrigo Delmasso e Wasny de Roure. Assim, não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Faraj agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

DEPUTADA SANDRA FARAJ
Presidente da CCJ